INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ - ICESPI

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA

JOSÉ MARCOS DA SILVA FILHO

TEORIA DO CONHECIMENTO NA OBRA 'MEDITAÇÕES', DE RENÉ DESCARTES

TERESINA

2013

JOSÉ MARCOS DA SILVA FILHO

TEORIA DO CONHECIMENTO NA OBRA 'MEDITAÇÕES' DE RENÉ DESCARTES

Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia, sob a orientação do Prof. Ms. Pe. Júlio Cesar de Jesus.

- Filosofia
- Teoria do Conhecimento
- ICESPI - Trabalhos Monográficos.

Cod. 4541
100
J586t

TERESINA

2013

ICESPI - Biblioteca
10349
26103144

JOSÉ MARCOS DA SILVA FILHO

TEORIA DO CONHECIMENTO NA OBRA 'MEDITAÇÕES', DE RENÉ DESCARTES

Monografia apresentada ao Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia, sob a orientação do Prof. Ms. Pe. Júlio Cesar de Jesus.

Conceito: Aprovado

Teresina 05 de 12 de 2013.

Pe. Júlio Cesar de Jesus

Prof. Ms. Pe. Júlio Cesar de Jesus

Orientador

Pe. Domingos Barbosa Filho

Professor (a) examinador

Professor (a) examinador

Willstony C. Viana

Coordenador do curso

Dedico aos meus pais, irmã, e toda família.

AGRADECIMENTO

O meu agradecimento primeiro é a Deus, por conceder-me a oportunidade de alcançar a conclusão do Curso de Filosofia do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí - ICESPI. Agradeço em seguida minha família e amigos pelo apoio com orações, bons conselhos e ajuda material. Não posso deixar de mencionar a gratidão que sinto por contar com o Pe. Júlio Cesar, o professor que me orientou neste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. De modo especial faço memória ao Pe. Domingos Barbosa, para mim um grande estímulo na dimensão intelectual da formação, a ele meu reconhecimento.

RESUMO

O presente trabalho acadêmico trata da Teoria do Conhecimento na obra *Meditações*, do filósofo francês René Descartes. Este viveu no contexto da Idade Moderna. É apresentado em forma de descrição, tendo como principal referência a obra citada acima, a forma como Descartes refletiu acerca do conhecimento que o homem pode alcançar. Para tanto foram usadas também outras obras do mesmo autor que tratam da problemática e por isso auxiliaram no tema, somando-se a estas, utilizaram-se obras de outros autores e de um comentador. Na sequência do conteúdo analisa-se a possibilidade de se conhecer algo verdadeiramente, posteriormente explora-se o modo como se dá a construção do conhecimento e, enfim, a reflexão na abordagem dos princípios do conhecimento humano, apresentados na filosofia cartesiana.

Palavras chave: Descartes. Conhecimento. Meditações. Modernidade.

ABSTRACT

This academic paper expounds the content that deals with the theory of knowledge in *Meditations*, by the French philosopher René Descartes. He lived in the context of the Modern Age. It is presented in the form of description in a clear way having as main reference the work cited above, the way Descartes reflected about the knowledge that man can achieve, either, it also used other works by the same author, dealing with the problematic and so helped in theme, added to these, works of other authors and commentator were used. Following the contents it was analyzed the possibility of knowing something truly, subsequently it was explored the way how is the construction of knowledge, and ultimately, it ends up in the reflection of the principles approach and function of all knowledge, presented in Cartesian philosophy, added to this, it shows the influence of the Descartes's thought in Modernity.

Keywords: Descartes. Knowledge. Meditations. Modernity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **8**

2 A POSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO **10**

2.1 Acerca da possibilidade do conhecimento 10

2.1.1 O descontentamento com as antigas opiniões 10

2.1.2 A busca pela verdade nas ciências 11

2.1.3 Os sentidos como base das primeiras opiniões 13

2.2 O conhecimento das coisas sensíveis e não sensíveis **14**

2.2.1 Análise das ideia das coisas sensíveis e de Deus 15

2.2.2 Que é possível conhecer algo pela clareza da ideia 17

2.2.3 O papel da dúvida, e o *cogito* como o primeiro conhecimento verdadeiro 19

3 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO **22**

3.1 Construções do conhecimento com exclusão do método tradicional dialético **22**

3.1.1 A dúvida e o método cartesiano na construção do conhecimento 24

3.1.2 As regras do método para aquisição do conhecimento 25

3.2 Sobre a existência de Deus e sua implicação na construção do conhecimento **28**

3.2.1 Segunda consideração sobre Deus, e faculdade humana de julgar 30

3.2.2 O processo do conhecimento 31

4 DESCARTES E OS PRINCÍPIOS DO CONHECIMENTO HUMANO **34**

4.1 Dos princípios do conhecimento 34

4.1.1 Compreensão cartesiana de filosofia e a função do conhecimento 35

4.2 Crítica ao Aristotelismo **37**

4.2.1 O erro e o que Descartes conclui a esse respeito 38

4.2.2 Evidência como regra geral para o conhecimento da verdade 42

5 CONCLUSÃO **44**

REFERÊNCIAS **45**

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento desde todos os tempos é almejo da razão humana e, isso é conhecível tanto ao percorrer a história da filosofia, quanto ao observar constante e nobre desejo de progresso da ciência. Na investigação aos antigos, o problema do conhecimento é central em seus pensamentos, na verdade a tradição testemunha que o saber está entre os bens mais perseguidos do gênero humano e, de fato, não é necessário raciocinar muito para concluir desse modo, pois basta rápida análise das necessidades humanas para conceber a necessidade do conhecer, seja para conservação da saúde, como para o desenvolvimento da atividade humana, ou outro motivo.

O foco do conhecimento não sempre foi o mesmo e, para usar termos mais adequados pode-se dizer que a filosofia não se fez sempre do mesmo modo, a preocupação filosófica se manteve constante, mas, não acerca das mesmas coisas ou nas mesmas perspectivas. E como não é possível mencionar a história da filosofia sem antes falar de ao menos um dos nomes principais que a compõem, mencionamos aqui (antes de falar em Descartes, filósofo sobre o qual discorre toda a reflexão neste trabalho), o grego Aristóteles ou "o estagirita", símbolo do saber sistemático tradicional que tem aqui sua vez. O filósofo da Grécia é autor do pensamento filosófico que conquistou os doutos com sua doutrina ontológica e seus princípios metafísicos. Assim, influenciou tanto o mundo do saber, que com dificuldade se usa estes termos (ontologia e metafisica) sem recordar-se dele, o Grego.

No entanto, como na filosofia nada há que não possa ser contestado, nasce com Descartes, um filósofo da França, o Racionalismo, substituindo a discussão baseada na doutrina aristotélica do ser, pela reflexão acerca do conhecimento, é a passagem da Ontologia, para a Epistemologia. Como se encontra em *Historia da Filosofia* nas palavras de Reale (2004, p. 293): "Desse modo, a filosofia não é mais a ciência do ser, mais sim a doutrina do conhecimento. Assim, antes de mais nada, a filosofia se torna gnosiologia. É essa a reviravolta que Descartes imprime à Filosofia," [...]. Assim, considerando isso com atenção, ver-se que o francês é símbolo de ruptura com a tradição seguida por tanto tempo pelos que buscavam o conhecimento, no entanto, surge com Descartes nova forma de pesquisa da verdade e novo método para aquisição do saber, não assumindo mais os antigos fundamentos do conhecimento, elabora e percorre novo caminho para construí-lo e mostrar seus princípios.

A reflexão aqui exposta é efetivada com base na obra *Meditações*, mas, não em todas as seis partes que a compõe e sim na primeira, segunda e quarta, no entanto, se utiliza das outras partes de acordo com a necessidade. Também menciona-se várias obras de Descartes, e

autores diversos. Na primeira parte deste trabalho sobre o pensamento cartesiano mostra-se como Descartes se envolveu com a questão epistemológica, ou o modo como se comportou diante do conhecimento, ficando num primeiro momento perturbado em não encontrar nada sólido nas ciências e por isso pensando na possibilidade do conhecer, mas não como aquele saber fornecido pela escola, pois este se mostrara insuficiente ou duvidoso. Depois, na segunda parte, mostra-se como Descartes analisou as ferramentas para conhecer e que surge em sua razão a necessidade de assumir a dúvida como primeira atitude a ser tomada e elaboração de um método para que fosse superada essa carência de saber verdadeiro e indubitável, assinalando a construção do conhecimento. E na terceira pretende-se explanar sua posição final diante do problema, que será completa com a impostação dos princípios com os quais acredita ter descoberto as bases de todo o conhecimento que homem pode alcançar.

2 A POSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO

2.1 Acerca da possibilidade do conhecimento

A vida humana é sempre marcada pela realidade do tempo, isto se manifesta no crescimento do próprio homem, ele cresce em vários aspectos e está sujeito a diversas mudanças que o caracterizam com traços diferentes a cada período se sua existência. Uma das mudanças que o homem sofre é a da modificação de suas opiniões a respeito de algo, pois é certo que durante o tempo de criança se apreende muitas concepções sobre coisas diversas e, ao se tornar adulto as percebe como inadequadas totalmente ou ao menos em parte. Não é de se admirar que seja assim, a final de contas, o ser humano não pode ficar estático ou totalmente protegido das influências do mundo.

Um processo de mudança como do filósofo René Descartes, no aspecto reflexivo da realidade, isto é, no modo como este interpretou a realidade, não deixa de contribuir no problema do conhecimento, que será aqui desenvolvido. Descartes depois de crescer e ficar insatisfeito com tudo que aprendera no tempo de criança, resolve procurar segurança nas ciências, coisa que até então segundo ele não havia encontrado em lugar algum. Impulsionado pela busca de algum conhecimento ele se propõe a analisar: é possível conhecer realmente? Isto é, conceber em evidência alguma realidade? Ou nada é possível saber ao certo?

2.1.1 O descontentamento com as antigas opiniões

O primeiro sintoma do descontentamento de Descartes com as várias disciplinas ensinadas na escola onde estudou foi justamente o desprezo por tudo que tinha aprendido na escola, não somente nesta, mas tudo aquilo que lhe haviam ensinado na mocidade. Na primeira parte de sua obra *Meditações*, intitulada "Das Coisas que se Podem Colocar em Dúvida", o francês demonstra com muita clareza o desinteresse pelo que sabia ate então a respeito das coisas, pois estava sobre princípios incertos e que pretendia novo caminho. Assim diz:

> Há já algum tempo eu me apercebi de que desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências. (DESCARTES, 1973, p. 93).

Não encontrando a firmeza no aprendizado primeiro de sua existência, ou seja, do tempo de criança e juventude, decide então abandonar o que os outros lhe disseram e, ele mesmo abstendo-se das antigas ideias resolveu buscar, agora com idade madura, outras que o convencessem com clareza e lhe desse certeza indubitável acerca de tudo o que estivesse diante de seus olhos.

Ainda manifestando sentimento de abandono às antigas convicções ou mesmo conselhos de seus mestres, Descartes no *Discurso do Método*, menciona que tendo atingido sua idade adulta, se liberta de seus instrutores antigos, não só isso, dispõe-se a viajar, não ficar mais preso ao estudo que realizara nas letras, mas, lançar-se ao mundo e procurar dentro de si a verdadeira ciência, para tanto, usou sua riqueza nesse propósito e gastou sua juventude percorrendo esse fim, conforme suas palavras na obra referida acima pode-se confirmar:

> Eis por que, tão logo a idade me permitiu sair da sujeição de meus preceptores, deixei inteiramente o estudo das letras. E, resolvendo-me a não mais procurar outra ciência, além daquela que se poderia achar em mim próprio, ou então no grande livro do mundo, empreguei o resto de minha mocidade em viajar, em ver cortes e exércitos, em freqüentar (sic) gente de diversos humores e condições, em recolher diversas experiências, em provar-me a mim mesmo nos reencontros que a fortuna me propunha e, por toda parte, em fazer tal reflexão sobre as coisas que se me apresentavam, que eu pudesse tirar delas algum proveito. (DESCARTES, 1973, p. 41).

2.1.2 A busca pela verdade nas ciências

Já desconfiado das suas antigas opiniões e com desejo de abandoná-las, Descartes se propõe a fazer uma análise das ciências, percorrendo de modo especifico as diversas áreas do conhecimento, não todas, mais as principais com as quais teve contato e de modo muito claro explana algumas características das mesmas e, diz o porquê de não confiar nelas como confiam todos os outros homens. Na primeira parte do *Discurso do Método*, encontra-se uma rápida consideração sobre as várias disciplinas que ajuda a compreender sua constante busca pela verdade nas ciências.

Começando pela Eloquência, ao estudá-la, afirma ter bastante gosto por essa disciplina, no entanto em sua visão, aqueles que a possuem não a conquistaram por força do estudo, mais, é fruto da própria inteligência, ou nas palavras cartesianas, próprio espírito, pois se trata de um dom naturalmente desenvolvido. Continuando o discurso, faz menção à Matemática, para ele esta disciplina trazia muita satisfação, principalmente pelo aspecto da exatidão e, aqui remete a uma das características do conhecimento por ele buscado, no

entanto, afirma que ao perceber a não utilidade da matemática fora da mecânica, a considera não tão elevada, embora tenha bases sólidas. Assim registra-se:

> Eu apreciava a eloquência (sic) e estava enamorado da poesia; mas pensava que uma e outra eram dons do espírito, mas do que frutos do estudo [...] Comprazia-me sobretudo com as Matemáticas, por causa da certeza e da evidência de suas razões; mas não notava ainda seu verdadeiro emprego, e, pensando que serviam apenas às artes mecânicas, espantava-me de que, sendo seus fundamentos tão firmes e tão sólidos, não se tivesse edificado sobre eles nada de mais elevado. (DESCARTES, 1973, p. 39-40).

Quanto à Teologia, faz um juízo um tanto prudente em não arriscar falar muito desta, em sua compreensão essa disciplina é tão elevada que não poderia submetê-la a seus raciocínios, e ainda, para se ganhar o céu não é uma exigência ser versado na doutrina teológica. A disciplina de Filosofia, para Descartes, foi construída por homens antigos e de bons espíritos, no entanto, constituída de debates imensos e sem fim acerca das mesmas coisas, discussões nas quais não há uma só opinião, mas, diversas defendidas entre os doutos. E nada mais diria a esse respeito. Sobre as ciências referidas acima, verifica-se na mesma obra do filósofo:

> Eu reverenciava a nossa Teologia e pretendia, como qualquer outro, ganhar o céu; mas, tenho aprendido, como coisa muito segura, que o seu caminho não está menos aberto aos mais ignorantes do que aos mais doutos e que as verdades reveladas que para lá conduzem estão acima de nossa inteligência, não ousaria submetê-las à fraqueza de meus raciocínios, [...]. Da filosofia nada direi, senão que, vendo que foi cultivada pelos mais excelsos espíritos que viveram desde muitos séculos e que, no entanto, nela não se encontra ainda uma só coisa sobre a qual não se dispute, e por conseguinte que não seja duvidosa, eu não alimentava qualquer presunção de acertar melhor do que os outros; e que, considerando quantas opiniões diversas, sustentadas por homens doutos, pode haver sobre uma e mesma matéria, sem que jamais possa existir mais de uma que seja verdadeira, reputava quase como falso, tudo que era somente verossímil. (DESCARTES, 1973, p. 40).

Dessa forma não é difícil compreender que ao percorrer essas várias ciências e encontrando em todas elas algum defeito, Descartes não teme em deixá-las, e sim, progressivamente avança no propósito de se aventurar no caminho da verdade, não gastando mais tempo frequentando a escola ou se deixando enganar por pensamentos de outros, mas, como se verá ainda adiante, elaborou um método para encontrar o verdadeiro e útil conhecimento na ciência.

2.1.3 Os sentidos como base das primeiras opiniões

Algo que não se poderia ignorar no pensamento cartesiano, a respeito da reflexão sobre a base das primeiras opiniões, é a possibilidade de conhecer algo por meio das antigas fontes, os sentidos. Para se conhecer algo é necessário alguma base que sustente este conhecimento, Descartes é enfático em informar que a base de suas antigas opiniões e de todo o conhecimento que ele possuía e, do qual duvida com insistência se encontrava nos sentidos. Os dados da sensibilidade serviam de verdadeiros informantes a respeito da realidade do mundo, entretanto, um dia concluiu que os sentidos enganam.

Na obra *Meditações*, também na primeira parte, está presente a rejeição às informações fornecidas pelos sentidos, mostrando que por estes, todos podem se enganar e para tanto o autor francês usa como exemplo o sono e, mediante esta metáfora, põe em crise a verdade da realidade sensível, mostrando que não há tantas razões para se confiar no que os olhos vêem ou que se pensa com eles estar vendo e aquilo que o corpo parece sentir, pois, assim como ao dormir o homem pensa iludido no sonho estar em ação ou movimento, quando na realidade está parado no leito, também algo de semelhante pode acontecer no que se chama de realidade quando desperto, de modo que não se sabe com clareza o limite entre o sonho e a realidade, ao tratar de tal questão, nesses termos expõe exemplificando:

> Quantas vezes ocorreu-me sonhar, durante a noite, que estava neste lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse inteiramente nu dentro de meu leito? Parece-me agora que não é com olhos adormecidos que contemplo este papel; que esta cabeça que eu mexo não esta dormente; que é com desígnio e propósito deliberado que estendo esta mão e que a sinto: o que ocorre no sono não parece ser tão claro nem tão distinto quanto tudo isso. Mas, pensando cuidadosamente nisso, lembro-me de ter sido muitas vezes enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões. E, detendo-me neste pensamento, vejo tão manifestamente que não há quaisquer indícios concludentes, nem marcas assaz certas por onde se possa distinguir nitidamente a vigília do sono, que me sinto inteiramente pasmado: e meu pasmo é tal que é quase capaz de me persuadir de que estou dormindo. (DESCARTES, 1973, p. 94).

Na obra *Princípios da Filosofia*, que é muito útil para essa reflexão, Descartes desenvolve seu discurso defendendo quando fala da dúvida, que a primeira coisa da qual se deve suspeitar são as coisas físicas. E isso não é sem motivo, pois segundo ele, a própria experiência demonstra que a mente humana envolvida pela realidade externa toma por verdadeiro aquilo que é falso e, não é com tão pouca frequência que isso acontece, mas, quase sempre que se da muito credito a base dos sentidos.

Em um primeiro momento as considerações de Descartes podem parecer sem muita relevância para aqueles muito apegados ao empírico, no entanto, as ideias que se tem das coisas sensíveis nem sempre correspondem aos fatos e, essa não ocorrência sem dúvida já se fez na vida de todo homem: ser enganado ao menos uma vez na vida pelos sentidos externos. Tendo isso acontecido uma única vez que seja, estes mesmos sentidos não mais são dignos da confiança dos que se dedicam a investigação da verdade ou ciência, como apresenta o autor na obra aludida:

> Contudo, afim de que outro propósito agora não nos ocupe, senão aquêle (sic) de nos entregarmos à pesquisa da verdade, duvidaremos, primeiramente, se, de tudo aquilo que veio ter à alçada de nossos sentidos, ou que em algum tempo nós imaginarmos, pode existir alguma coisa, realmente, no mundo. Duvidaremos delas, tanto por termos conhecidos pela experiência, que os sentidos muitas vêzes (sic) nos iludiram e que, por essa razão, seria imprudência confiar muito nos que já nos iludiram, mesmo se apenas por uma vez, com também por sonharmos, [...]. (DESCARTES, 1968, p. 51).

Portanto, o que incomoda Descartes é a incerteza, a dúvida de não saber em que fonte se pode confiar indubitavelmente, é certo que a maioria dos homens acreditam no que os sentidos humanos apresentam, porque não levam a cabo uma profunda reflexão sobre esta questão, mas, o filósofo aqui referido, por se incomodar não deixou de procurar uma nova fonte a partir da qual pudesse extrair clareza e evidência, eis o porque da vontade de elaboração do método, que no segundo capítulo deste trabalho será apresentado com detalhe, este que não se baseia em outra coisa senão na pura razão, quer dizer, na racionalidade, para assim encontrar bases tanto concisas como firmes e não mais incertas.

2.2 O conhecimento das coisas sensíveis e não sensíveis

Até agora não foi apresentado aqui a solução para o problema do conhecimento em René Descartes, mais vale lembrar com essa parte da reflexão sobre o referido problema que caso seja possível conhecer algo, tendo em vista todo o discurso cartesiano segundo o qual o conhecimento não é seguro por meio dos sentidos, pois estes não são frequentemente tão exatos, é de se questionar o que então se pode conhecer.

Comumente se concebe que as coisas que não se pode ver são mais duvidosas, de fato, está marcada até na consciência dos homens mais ardilosos quanto ao raciocínio tanta confiança nas experiências do corpo, que se torna menos possível acreditar com mais clareza naquilo que por este não for detectado. Mas, para Descartes é justamente o contrário, as coisas inteligíveis ou espirituais, são mais fáceis de serem conhecidas que as corporais, na segunda

meditação nomeada: "Da natureza do Espírito humano; e de Como Ele é Mais Fácil de Conhecer do que o Corpo" assim diz:

> Mas, enfim, eis que insensivelmente, cheguei onde queria; pois, já que é coisa presentemente conhecida por mim que, propriamente falando, só concebemos os corpos pela faculdade de entender em nós existente e não pela imaginação nem pelos sentidos, e que não os conhecemos pelo fato de os ver ou de tocá-los, mas somente por os conceber pelo pensamento, reconheço com evidência que nada há que seja mais fácil de conhecer que meu espírito. (DESCARTES, 1973, p 106).

Com essa pequena passagem nas *Meditações* percebe-se o entendimento de que ao conceber alguma realidade corporal ou extensa isso não se deve ao fato de entrar em contato simplesmente com os sentidos, seja da visão ou toque como menciona Descartes na citação acima, mas, somente pelo pensamento, ou faculdade de entender, como é usado por ele, seguindo este raciocínio conclui-se que o conhecimento sobre seu espírito por não está sujeito a essas vias da sensibilidade é mais fácil de ser conhecido.

2.2.1 Análise das ideias das coisas sensíveis e de Deus

Na continuidade da busca da verdade, antes de alcançar uma conclusão definitiva, Descartes não deixava de meditar acerca da realidade: (esta pode ser conhecida com clareza e evidência?), o fim que ele perseguia não era mais que a clareza inconfundível de tudo com que se deparasse. Mas, como já foi dado a compreender acima, existem coisas que são mais fáceis e outras difíceis de conceber, pois é admitido na reflexão cartesiana que os dados da sensibilidade só podem ser muito enganosos, ao contrario dos dados da razão.

Caminhando para a busca do conhecimento, Descartes coloca em paradoxo dois tipos de ideias a serem analisadas como verdadeiras ou falsas, são as ideias das coisas sensíveis e a ideia de Deus. De imediato pode-se deduzir que as ideias fornecidas pelos sentidos só podem ser obscuras, mas, antes é necessário saber o que o filósofo pensa ser as ideias. Para ele ideias são os pensamentos como imagens das coisas. De acordo com as seguintes palavras, na obra *Meditações* encontra-se tal afirmação de Descartes (1973, p. 109): "Entre meus pensamentos, alguns são como as imagens das coisas, e só àqueles convém propriamente o nome de ideia: como no momento em que eu represento um homem ou uma quimera, ou o céu, ou um ano, ou mesmo Deus".

A respeito das ideias de modo geral, ele discorre nas *Meditações* caracterizado-as em três modos, algumas diz ele que parecem consigo terem nascido, ou seja, são ideias inatas, outras aparentam ser estranhas e vir de fora, do externo e, em terceiro, algumas parecem

inventadas por ele, mas, dessas três interessa nesse contexto deter-se na segunda, visto que esta pressupõem certa sensibilidade. Descartes analisou se essas ideias seriam verdadeiramente expressões de coisas exteriores e, sentiu-se inclinado a conceber isso, no entanto, amplamente analisou argumentando em duas partes, na primeira apresentando as duas razões de sua inclinação mencionada a pouco. Na segunda, mostrando uma terceira via para a mesma questão. Vejamos o que diz Descartes (1973, p.109-110): "Ora, destas idéias (sic), umas me parecem ter nascido comigo, outras, ser estranhas e vir de fora, e as outras ser feitas e inventadas por mim mesmo".

Duas são as razões para esta inclinação cartesiana: primeiro essa inclinação parece vir da sua própria natureza, depois, que as ideias que vem na mente, dessas coisas corporais, não dependem de sua vontade. Prossegue meditando a respeito dessas ideias das coisas corporais, para ver se encontra alguma verdade sobre elas e examina se essas razões são convincentes. Diz ele que a primeira não o persuadiu, pois, quando fala de certa inclinação fornecida pela natureza de concebê-las como provindas de algo exterior não significa uma "luz natural" que o faça conhecer em evidência tal verdade.

A segunda razão, também não lhe é convincente, porque apenas o fato das ideias não respeitarem sua vontade, isso não é o suficiente para concluir que essas mesmas ideias tenham como origem os sentidos, e assim criar a necessidade da proximidade com estes. Acompanha-se seu raciocínio nas seguintes palavras:

> A primeira dessas razões é que me parece que isso é ensinado pela natureza; e a segunda, que experimento em mim próprio que essas ideias, não dependem de modo algum de minha vontade; [...] A gora é preciso que eu veja se estas razões são suficientemente fortes e convincentes. Quando digo que me parece que isso me é ensinado pela natureza, entendo somente por essa palavra natureza uma certa inclinação que me leva a acreditar nessa coisa, e não uma luz natural que me faça que ela é verdadeira. [...] E quanto a outra razão, segundo a qual essas ideias devem provir de alhures, porquanto não dependem da minha vontade, tampouco a acho mais convincente. (DESCARTES, 1973, p. 110).

Depois de muito pensar sobre isso, a questão das ideias, o autor das *Meditações* analisou uma terceira possível solução para esse problema quando percebeu que sendo as ideias das imagens da coisas diversas entre si, também diversas devem ser suas causas e, de acordo com a luz natural deve haver mais realeza na causa que no efeito, sendo assim, as imagens devem expressar coisas objetivas ao pensamento, dai se conclui que as ideias não podem ser apenas inventadas pela mente ou provindas do nada, mais se apresentam pressupondo certa exterioridade, eis as partes mais importantes dessa argumentação:

> Mas há ainda uma outra via para pesquisar se, entre as coisas das quais tenho em mim as idéias, há algumas que existem fora da mim. [...] considerando-as como imagens, dentre as quais umas representam uma coisa e as outras uma outra, é evidente que elas são bastante diferentes entre si. Pois, com efeito, aquelas que me representam substâncias são, sem dúvida, algo mais e contem em si (por assim falar) mais realidade objetiva, [...] Agora, é coisa manifesta pela luz natural que deve haver ao menos tanta realidade na causa eficiente e total quanto no seu efeito: pois de onde é que o efeito pode tirar sua realidade senão se sua causa? E como poderia esta causa lha comunicar se não a tivesse em si mesma? Daí decorre não somente que o nada não poderia produzir coisa alguma, mas também que o que é mais perfeito, isto é, o que contém em si mais realidade, não pode ser uma decorrência e uma dependência do menos perfeito. (DESCARTES 1973, p. 111-112).

Além das ideias das imagens sensíveis, o francês assegurou que possui uma ideia de Deus e, apresenta o que entende por esse nome, afirma Descartes (1973, p. 115): "Pelo nome de Deus entendo uma substância infinita, eterna, imutável, [...]". Mas, resta ainda analisar se esta ideia é realmente verdadeira ou se é fruto da imaginação.

2.2.2 Que é possível conhecer algo pela clareza da ideia

Acima explanou-se a respeito das ideias das coisas sensíveis e de Deus. Mesmo essas primeiras ideias sendo muito obscuras e confusas Descartes admite a existência de uma que está presente em seu pensamento e não é obscura, e sim, muito clara e evidente, a ideia de Deus compreendido pelo filósofo como perfeição. É bom lembrar o fato de que a presença clara dessa ideia ainda não se constitui como prova da existência de Deus, apenas exemplifica uma das ideias concebidas claramente e que, por isso tem a possibilidade de fornecer algum conhecimento certo, mas, nesse momento da reflexão ainda não se emite um juízo definitivo acerca da verdade ou falsidade dessa ideia, isto será analisado detalhadamente na segunda parte deste trabalho.

Estando aqui a fazer referência ao conhecimento como podendo ser adquirido pela clareza da ideia, isso recorda a corrente contraposta ao Racionalismo, o Empirismo, para o qual o conhecimento digno de toda confiança não vem da razão, mas é seguramente adquirido por via dos dados do sensível, ou melhor, da experiência. Para os empiristas, a mente humana é como que "vazia", "desocupada", isto é, não tem conteúdo algum preenchendo-a, como uma folha sem nada escrito inicialmente. Mas, a partir do contato com o mundo físico, a mente é preenchida com o conteúdo empírico, desse modo a fonte do conhecimento não é a ideia clara como acena Descartes, e sim, o dado empírico.

O filósofo da Inglaterra, John Locke, dedicando-se mais tarde ao estudo das vias do conhecimento, também deu sua contribuição para a discussão filosófica de sua época,

reforçando o modernismo e causando assim um conflito epistemológico, pois, como afirmado acima, sua proposta não confirma o argumento cartesiano acerca do conhecimento verdadeiro ter como fonte primeira e segura as ideias. Refletindo e afirmando a experiência, apresenta o empirista em sua obra *Ensaio Acerca do Entendimento*:

> Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. (LOCKE, 1983, p.159).

São dois pontos de vista claramente opostos, aquilo que o primeiro, o Racionalismo Cartesiano, tem como fator essencial no que se refere ao conhecimento, a razão, o segundo, Empirismo de Locke, postula o dado físico como condição indispensável para aquisição do conhecimento verdadeiro, científico. Em todo caso, a busca pelo saber constitui elemento comum entre os dois filósofos, a diferença essencial entre estes, está claramente na consideração acerca da base ou fundamento do conhecimento.

O conflito entre Racionalismo e Empirismo é muito digno de atenção, não que se vai aqui estender em ampla análise das duas correntes, pois não é o objetivo desse trabalho. É fato que, ao contrário do empirista, o conhecimento buscado por Descartes não está fundamentalmente ligado à sensibilidade, pois insistentemente ele mesmo afirmou a dúvida com a qual se deve posicionar-se diante dos dados do sensível, uma vez que estes seriam muito enganosos. Não há razões em desconsiderar o embate epistemológico que se faz entre as pretensões da razão cartesiana em oferecer conhecimento puro e exato e o método experimental de Locke na tentativa de fazer verdadeira ciência.

A importância da ideia no pensamento cartesiano é bem notável, de fato o autor das *Meditações* ocupou-se em refletir e concluir a verdade das coisas através do grau máximo de clareza da ideia, pois se esta assim claramente não se apresentasse, ou seja, se nela houvesse qualquer obscuridade por menor que fosse, não forneceria conhecimento seguro, isto é, não seria possível conhecer. Descartes não foi o único a escrever sobre o conhecimento defendendo a clareza das ideias das coisas e mostrando que outras são confusas, também Leibniz, em sua obra *Novos Ensaios Sobre o Entendimento Humano* faz referência a uma e a outra definindo-as com as seguintes letras:

> Digo, portanto, que uma *idéia* é clara quando é suficiente para reconhecer a coisa e distingui-la. assim, quando tenho uma idéia bem clara de uma cor, não tomarei uma

IOESP BIBLIOTECA
103/19 26/03/14

> outra como sendo a que estou pedindo; e se possuo uma idéia clara de uma certa planta, distingo-a das vizinhas; sem isto, *a idéia é obscura.* Acredito que não temos idéias completamente claras acerca das coisas sensíveis. (LEIBNIZ, 1980, p. 192).

Diferente de Leibniz, o filósofo Descartes nos *Princípios da Filosofia* ao falar das ideias claras e distintas a partir das quais é possível conhecer, faz distinção entre estas, mesmo sendo aparentemente equivalentes elas possuem significados diferentes, as primeiras segundo ele são aquelas evidentes por si mesmas e se apresentam ao espírito e, sendo este atilado, as apreende, estas ideias não agem senão com muita força sob o espírito de quem as percebe.

As segundas se referem a apreensão de uma ideia particular e muito distinta entre as outras, diversa a tal modo de não ser possível confundir-se com as demais. Descartes também explica que a apreensão clara pode não ser distinta, mas o inverso não pode ocorrer, ou seja, a apreensão distinta será obrigatoriamente e sempre clara. Isso é explicado através de um exemplo oferecido nos *Princípios da Filosofia*, na qual se confere:

> Ora, por esse exemplo, quando alguém sente uma dor ajuda, o conhecimento que possui sôbre (sic) essa dor é claro quanto a si, porém nem por isso é distinto, pois, em geral, o confunde com o falso juízo que tem a respeito da natureza do que julga estar na região ferida, que acredita ser idêntico à idéia ou ao sentimento da dor, que está no pensamento, ainda que só apreenda, de modo claro, o sentimento, ou o pensamento obscuro que está em si mesmo. Dêsse (sic) modo, conhecimento pode ser claro e não ser distinto, e sendo distinto deve ser, obrigatòriamente (sic), claro. (DESCARTES, 1968, p. 78-79).

2.2.3 O papel da dúvida, e o *cogito* como primeiro conhecimento verdadeiro

Como já se sabe, o interesse de Descartes é encontrar uma informação certa, para a qual não exista oposição ou indiferença, de tal forma que perante todos os homens por mais diferentes que sejam a aceitem diante de si em igual modo. Para se alcançar algum conhecimento a respeito de algo, é necessário em primeiro lugar colocar em dúvida, nisto consiste a possibilidade do conhecimento, isto quer dizer que é possível conhecer, mais antes é preciso duvidar.

Descartes assinala logo no inicio da primeira meditação intitulada "Das Coisas que se Podem Colocar em Dúvida", que para levar a cabo seu projeto de conhecer a verdade nas ciências deve colocar ao menos uma vez na vida em dúvida todas os julgamentos a que dera crédito. Não se trata simplesmente de considerar tudo como falso, mas, ao perceber alguma razão com a qual possa colocar em dúvida a opinião concebida sobre algo não deve jamais se omitir em fazê-lo, pode-se dizer que caso se esquive de duvidar, estaria apenas privando-se do conhecimento da verdade de tudo com que se apresenta a seu espírito, certifica-se:

> Ora, não será necessário, para alcançar esse desígnio, provar que todas elas são falsas, o que talvez nunca levasse a cabo; mas, uma vez que a razão já me persuade de que não devo menos cuidadosamente impedir-me de dar crédito às coisas que não são inteiramente certas e indubitáveis, do que às que nos parecem manifestamente ser falsas, o menor motivo de dúvida que eu nelas encontrar bastará para mim levar a rejeitar todas. (DESCARTES, 1973, p. 93).

E de fato ele encontrou depois de muito meditar uma verdade a respeito da qual nunca se poderá duvidar em momento algum e em nenhum grau, o próprio pensamento. Realmente, enquanto pode-se duvidar de tudo que está ao redor, ou de toda realidade pensada, não é possível colocar em dúvida ou negar a existência do pensamento enquanto se duvida. Tendo colocado em dúvida todos os conhecimentos e suspendido juízo a respeito de tudo que se fazia em sua mente, Descartes chega agora ao primeiro conhecimento verdadeiro: eu penso, *cogito*.

O auge da dúvida no pensamento cartesiano é no início de toda sua investigação da verdade em uma atitude de prudência pressupor tudo como falso, ou seja, nas *Meditações* ele afirma poder duvidar de tudo; corpo, figura, extensão, movimento, mas de seu existir não é possível duvidar enquanto nega essas coisas, ou ao menos pensar sobre elas. Daí resulta confirmada a proposição primeira e verdadeira concebida em sua razão: penso, logo existo. E nos *Princípio da Filosofia*, de modo bem claro também pode-se constatar tal conclusão, com as palavras de seu autor:

> Enquanto assim rejeitamos tudo o de que possamos duvidar, e que fingimos até ser falso, imaginamos, com facilidade, que não existe Deus, nem céu, nem terra, e que não possuímos corpo. Não poderíamos, contudo, supor do mesmo modo que não existimos, ao tempo em que duvidamos da verdade de tôdas (sic) estas coisas: pois, efetivamente, temos tanta repugnância em imaginar que o que pensa não existe realmente ao mesmo tempo que pensa que, não obstante as mais estapafúrdias suposições, não poderíamos obstarmos de crer que esta inferência EU PENSO, LOGO EXISTO, não seja exata e, consequentemente (sic), a primeira e a mais verdadeira que se apresenta àquele que encaminha os seus pensamentos por ordem. (DESCARTES, 1968, p. 52).

Fica, pois claro, o ponto de partida encontrado por Descartes na busca de conhecimentos verdadeiros e, que o pensamento é a primeira informação indubitável a partir da qual confirma sua existência real, com isso a existência não pode ser nunca ilusão, como pressupôs com todas as outras coisas que se apresentavam ao pensamento. Por isso, o significado de "pensar" não pode aqui ser omitido. Para definir sua compreensão de "pensar" nos *Princípios da Filosofia* afirma Descartes (1968, p. 54): "Pelo têrmo (sic) pensar eu entendo tudo quanto acontece em nós de tal modo que o percebemos de imediato por nós

mesmos. Por essa razão é que não apenas entender, querer, supor, porém ainda sentir, são aqui o mesmo que pensar."

Pensar em concluir diferente de Descartes nesse aspecto do conhecimento do eu pensante existente é no mínimo contraditório, pois pensar sem existir é inconcebível de qualquer ponto de vista, sabe-se que se colocar como Descartes na posição de duvidar de tudo até mesmo fingindo não ter corpo por mais difícil que seja para a razão assimilar, ainda é possível esforça-se em levar a diante este pensamento ao menos em determinado tempo, mas não é relevante em nenhum nível e nem por um minuto para o homem de bom senso, ao menos o fingimento do não existir, pois para fingir é necessário pensar e, consequentemente, ser, existir.

Tendo concebido em seu espírito essa verdade primeira do "pensar" e, deduzir então indubitavelmente sua existência, o Pai do Racionalismo tem um ponto firme, deu o primeiro e indispensável passo no inicio da construção do conhecimento, pois essa informação descoberta dá origem à pergunta ontológica seguindo este raciocínio: se ele existe, é, mais, é o que? Tendo o pressuposto da descoberta da existência através do pensamento, a conclusão cartesiana é de ser uma "coisa pensante".

No entanto essa resposta está inacabada e, o autor das *Meditações* não recua em questionar: O que é uma coisa pensante? Meditando tem como resultado a conclusão que compreende por coisa pensante, e aqui é apresentada propriamente em suas palavras:

> Mas o que sou eu, portanto? Uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa? É uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente. Certamente não é pouco se todas essas coisas pertencem à minha natureza. (DESCARTES, 1973, p. 103).

Portanto, agora com segurança numa proposição muito firme, penso, logo existo, diante da qual pessoa nenhuma no mundo pode se colocar em posição de suspeita, inicia-se a busca pela construção do saber como um todo, a busca pelos elementos necessários para de modo claro e sistemático percorrem um caminho de confiança e em seu final tomar posse do saber.

3 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

3.1 Construção do conhecimento com exclusão do método tradicional dialético

É sabido pelos amantes do mundo acadêmico que a problemática do conhecimento não é recente, a tradição filosófica revela que os filósofos antigos já propunham um método para se chegar a uma conclusão verdadeira acerca de qualquer sentença, no entanto a reflexão filosófica tem uma bem flexível dinâmica, está constantemente em movimento e, como este ultimo é sempre pressuposto para a mudança, a filosofia por sua dinâmica muda ao longo do tempo sempre que novas ideias surgem no cenário das discussões. No que diz respeito ao conhecimento mudanças aconteceram na Idade Moderna com a proposta racionalista do método cartesiano, deixando de lado a velha forma de aquisição do saber.

Antes da modernidade, o silogismo dos antigos ocupou importante lugar na confiança dos que buscavam conclusões verdadeiras, através deste se procurava seguindo seus princípios e colhendo premissas deduzir delas conclusões tão certas que não fosse possível concluir de outro modo. Mas com Descares essa forma de obter conhecimento foi abandonada, para ele, o silogismo dialético não tem utilidade alguma, pois embora ofereça conclusões exatas, não apresenta qualquer novidade, nada acrescenta ao conhecimento, pois, sendo a conclusão deduzida das premissas, é certo que essa primeira já estava contida nas segundas e, portanto, a conclusão nada informa além do que já está incluído nas premissas. Nas *Regras para Direção do Espírito*, vê-se:

> Ora, para que se torne ainda mais evidente que esta arte de raciocinar em nada contribui para o conhecimento da verdade, importa observar que os Dialécticos (sic) não podem construir com a sua arte nenhum silogismo cuja conclusão seja verdadeira, a menos que se tenha já a sua matéria, isto é, a não ser que já antes conheçam a mesma verdade que nele se deduz. Daqui claramente se conclui que uma tal forma lógica não lhe permite conhecer nada de novo e que, por conseguinte, a Dialéctica (sic) vulgar é totalmente inútil para os que desejam descobrir a verdade das coisas. (DESCARTES, 1965, p.60).

A rejeição ao modo de proceder na construção do conhecimento, dos antigos filósofos, é claramente percebível no pensamento cartesiano, não que rejeitasse a sabedoria da tradição filosófica, mas, Descartes não via em seus antecessores bases tão sólidas sob as quais pudesse firmar-se em busca da verdade. Não encontrando nos grandes nomes da filosofia um conteúdo que seguramente lhe interessasse, colocou-se firmemente em propósito de oferecer novo método, trilhar por novo caminho, não se prendeu as opiniões já compartilhadas por todos,

mas, desafiou-se em nova empreitada e, após muito meditar decidiu, definitivamente, por um viés até então não apresentado.

Na segunda parte do *Discurso do Método*, Descartes introduz sua pretensão em reformar o modo de proceder na busca pelo conhecimento e, o realiza fazendo referência às antigas e diversas discussões sem resolução, depois de exemplificando concluir que as coisas feitas por muitos parecem não proceder com mais arte, ao passo que aquelas feitas por um só tendem mais para a ordenação e a beleza, inclina-se a pensar que, no que diz respeito a ciência, o mesmo acontece, ou seja, opiniões partilhadas por pessoas diversas devem ser menos seguras que uma descoberta de modo atento por uma só homem, como certifica-se na referida obra:

> E assim pensei que as ciências dos livros, ao menos aquelas cujas razões são apenas prováveis e que não apresentam quaisquer demonstrações, pois se compuseram e avolumaram pouco a pouco com opiniões de mui diversas pessoas, não se acham, de modo algum, tão próximas da verdade, quanto os simples raciocínios que um homem de bom senso pode efetuar naturalmente com respeito às coisas que se lhe apresentam. (DESCARTES, 1973, p. 42-43).

Para maior esclarecimento de todos a respeito da mudança do método, para a partir desse reformar o modo de aquisição do conhecimento, no escrito intitulado *Discurso do Método*, seu autor faz uma ilustração com exemplo, que aqui merece ser mencionada, mostrando não se tratar da intenção de fazer uma revolução radical de tudo, mas, da necessidade de novos fundamentos para a construção do conhecimento, assim diz exemplificando:

> É certo que não vemos em parte alguma lançarem-se por terra todas as casas de uma cidade, com o exclusivo propósito de refazê-las de outra maneira, e de tornar assim suas ruas mais belas; mas vê-se na realidade que muitos derrubam as suas para reconstruí-las, sendo mesmo algumas vezes obrigados a fazê-lo, quando elas correm o risco de cair por si próprias, por seus alicerces não estarem muito firmes. A exemplo disso, persuadi-me de que verdadeiramente não seria razoável que um particular intentasse reformar um Estado, mudando-o em tudo desde os fundamentos e derrubando-o para reerguê-lo; nem tampouco reformar o corpo das ciências ou a ordem estabelecida nas escolas para ensiná-las; mas que, no toante a todas as opiniões que até então acolhera em meu crédito, o melhor a fazer seria dispor-me, de uma vez para sempre, a retirar-lhe essa confiança, afim de substituí-las em seguida ou por outras melhores, ou então pelas mesmas, depois de têlas (sic) ajustado ao nível da razão. E acreditei firmemente que, por esse meio, lograria conduzir minha vida muito melhor, do que se a edificasse apenas sobre velhos fundamentos, [...]. (DESCARTES, 1973 p. 43).

Desse modo René Descartes apresenta que não tem e pretensão de lançar-se como a solução do mundo, mas sim oferecer uma proposta para aqueles que verdadeiramente desejam trilhar o caminho da ciência encontrando nela não fundamentos antigos e insuficientes ou

errôneos, mas, fundamentos e bases fornecedoras de sustentação permanente, não portadoras de insegurança e divergências, é o avanço para a construção do saber que implica a renúncia do apoio oferecido pelos primeiros e respeitados homens do pensar filosófico.

3.1.1 A dúvida e o método cartesiano na construção do conhecimento

Entre as correntes que nasceram da reflexão sobre o tema do conhecimento está o Ceticismo. Os seus seguidores defendem a não possibilidade de se chegar ao conhecimento, duvidam de tudo, ou melhor, negam todo juízo que se faça acerca de qualquer coisa. Descartes tem como primeiro passo na construção do conhecimento a dúvida e, inclusive no início de sua busca pela verdade se propôs a duvidar de tudo que se apresentasse a sua razão e, como foi visto em páginas precedentes a esta, quis desfazer-se de todas as suas opiniões antigas, pois segundo ele eram muito incertas, e buscar outras novas e verdadeiras.

Embora a incerteza radical faça parte da corrente acima referida e da reflexão cartesiana, o filósofo em questão não se confunde com o cético, isto é, com ele não se identifica, pois, a dúvida cartesiana é usada exatamente para obtenção de um saber firme e não frágil como o da tradição. Isso é muito claro em sua obra *Discurso do Método*, quando diz seu autor:

> Não que imitasse, para tanto, os céticos, que duvidam apenas por duvidar e afetam ser sempre irresolutos: pois, ao contrário, todo o meu intuito tendia tão-somente a me certificar e remover a terra movediça e a areia, para encontrar a rocha ou a argila. (DESCARTES, 1973, p. 52).

Desse modo pode-se dizer: a dúvida ao modo dos céticos é a negação de todo conhecimento, para os defensores do ceticismo não se pode conhecer algo, enquanto que em Descartes a dúvida é apenas metódica, funciona como um meio para se chegar ao conhecimento, o caminho para a busca da verdade, e não de uma informação relativa. A dúvida é introduzida pela suspensão do juízo, afim de não conceber o falso como verdadeiro, mas, somente aceitar algo quando liberto de quaisquer preconceitos, como nota-se, recorrendo ao *Dicionário Descartes*, no qual assinala seu autor:

> O método cartesiano da dúvida é o rótulo amiúde aplicado ao procedimento pelo qual Descartes tenta remover do caminho, com a finalidade de estabelecer uma base metodológica confiável para sua nova ciência, as pedras que constituem os preconceitos e opiniões preconcebidas. (COTTINGHAM, 1943, p. 56).

Depois de tudo que já foi dito, é necessário acrescentar que para fazer algo de modo rígido e sistemático, é necessário um método. Na etimologia, a palavra "método" vem do grego: *μετοδοσ*. É composta da palavra *μέτα*, que quer dizer, "por meio de", e *'οδοσ*: "caminho". Ou seja, por meio de um caminho. Nesse sentido, tendo Descartes na empreitada pelo saber sentido falta de um caminho que o pudesse ajudar efetivamente a descobrir a verdade das coisas que diante dele se apresentassem, decidiu sem medo e elaborou um método próprio.

É importante lembrar a respeito do método, que na segunda parte de sua obra que trata deste assunto, o filósofo ressalta de modo muito claro que seu método não pretende ser universal, não é um caminho que todos devem necessariamente percorrer, mas, foi aquele que encontrou para si. Desse modo no *Discurso do Método* afirma Descartes (1973, p. 38) "Assim, o meu desígnio não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas apenas mostrar de que maneira me esforcei por conduzir a minha".

Além disso, o mais importante é saber que sem método não é seguro se propor a buscar o conhecimento. Partindo da própria etimologia da palavra, não ter método equivale a não ter caminho algum, a seguir na escuridão, ou mesmo a nem ter a oportunidade de seguir. Para falar da necessidade de ter um método, o filósofo chega a afirmar em sua obra *Regras para Direção do Espírito*, que é melhor não procurar nunca a verdade, que se lançar a procurá-la sem a utilização de um método, com se pode conferir em seu escrito:

> Ora, vale mais nunca pensar em procurar a verdade de alguma coisa que fazê-lo sem método: é certíssimo, pois, que os estudos feitos desordenadamente e as meditações confusas obscurecem a luz natural e segam os espíritos. (DESCARTES, 1965, p. 23).

3.1.2 As regras do método para aquisição do conhecimento

Antes de apresentar as regras do método, o filósofo da França faz menção a áreas de seu estudo que segundo ele aparentavam poder ajudá-lo levar a cabo seu objetivo epistemológico, a saber, a disciplina de Lógica, a analise geométrica dos antigos e a Álgebra. No entanto, quando passou a examiná-las com mais cuidado percebeu que estas não seriam suficientemente capazes de fornecer-lhes o conhecimento por ele tão almejado e, justifica isso mostrando as razões: no que diz respeito à Lógica, para ele esta com seus silogismos e outros princípios não serviam muito para apresentar novo conhecimento, mas apenas para considerar aquilo que já se sabe.

Quanto a Análise dos antigos e, também a Álgebra apresentada pelos Modernos, a primeira aparece muito ligada a figuras, de tal forma que não se pode deter-se nesta sem colocar em fadiga a imaginação, e a segunda, tão envolvida por regras acaba sendo uma arte muito obscura, que ao invés de ajudar coloca em desordem o espírito. Tem-se no *Discurso do Método* sua consideração nesses termos:

> Eu estudara um pouco, sendo mais jovem, entre as partes da filosofia, a Lógica, e, entre as Matemáticas, a análise dos Geômetras e a Álgebra, três artes ou ciências que pareciam dever contribuir com algo para o meu desígnio. Mas, examinando-as, notei, que, quanto à Lógica, os seus silogismos e a maior parte de seus outros preceitos servem mais para explicar a outrem as coisas que já se sabem, [...] Depois, com respeito à Análise dos antigos e à Álgebra dos modernos, além de se estenderem apenas a matérias muito abstratas, e de não parecerem de nenhum uso, a primeira permanece sempre tão adstrita à consideração das figuras, que não pode exercitar o entendimento sem fatigar muito a imaginação; e esteve-se de tal forma sujeito, na segunda, a certas regras e certas cifras, que se fez dela uma arte confusa e obscura que embaraça o espírito, em lugar de uma ciência que o cultiva. (DESCARTES, 1973, p. 45).

Já falou-se aqui com persistência a respeito de método, mostrando anteriormente a etimologia da palavra, mas, para preceder a apresentação das regras do método, vale, apenas conferir o que seu autor entende por essa palavra, assim nas *Regras para Direção do Espírito*, descreve:

> Entendo por método regras certas e fáceis, que permitem a quem exatamente as observar nunca tomar por verdadeiro algo de falso e, sem desperdiçar inutilmente nenhum esforço da mente, mas aumentando sempre gradualmente o saber, atingir o conhecimento verdadeiro de tudo o que será capaz de saber. (DESCARTES, 1965 p. 24).

Após ter-se exposto pelo pequeno texto acima o conceito cartesiano de método, eis, suas regras apresentadas na segunda parte da obra *Discurso do Método*: A primeira delas é intitulada regra da evidencia, segundo a qual nada se deve jamais acolher por verdadeiro, se antes não se tiver o pleno conhecimento de tal, isto é, caso o objeto não esteja clara e evidentemente diante de si, não precipitar-se em fazer um juízo quando se tem ocasião de suspeitar em menor grau que seja, consiste, portanto, em se prevenir de conceber no espírito algo de obscuro. O comentário de Gilberto de Melo Kujawski, acrescenta:

> [...] a evidência não constitui sòmente (sic) o preceito inicial do método, mas representa, antes de tudo, o critério da verdade em Descartes. Daí a anterioridade da evidência em relação aos demais preceitos do método. Mais ainda: enquanto os preceitos seguintes guardam entre si relações de sucessão (a divisão deve preceder à ordem e ambos devem preceder à enumeração), a evidência mantém com os três outros preceitos relação de simultaneidade. (KUJAWSKI, 1969, p. 69).

A segunda regra é conhecida como divisão e essa regra postula que se deve dividir em parcelas o mais que se puder, todas as dificuldades que se apresentam, para que possam ser resolvidas da melhor maneira possível, detalhadamente. Acresce o comentarista:

> O segundo preceito guarda íntima relação com o terceiro. Dividindo as dificuldades é que se descobre o mais simples, para dêle (sic) se partir. Por isso é que nas Regulae o segundo e o terceiro preceitos são apresentados como dois momentos de uma só e mesma regra. [...] Para que o conhecimento alcance a evidência intuitiva do seu objeto, é preciso: a) começar por dividir as questões complexas em questões mais simples; b) em seguida, fazer a contra prova, partindo das questões parceladas para a questão total. Neste segundo momento, a divisão se encaminha para a enumeração. (KUJAWSKI, 1969, p. 72).

Na terceira regra do método, nomeada ordem ou dedução, é posto que se deve dirigir por ordem os pensamentos, de tal forma a iniciar dos mais simples para os mais complexos e, como em degraus de uma escada, subir, deduzindo dessas coisa simples outras mais difíceis de serem concebidas, e mesmo que algumas não se deduzam naturalmente, devem seguir essa ordem. Continua:

> A ordem apreende o objeto nas suas relações de independência a dependência, da causa ao efeito, do universal ao particular, do simples ao composto, do uno ao múltiplo, do igual ao desigual, do reto ao oblíquo, do antecedente ao conseqüente (sic), etc. O "mais simples" é "o mais fácil de conhecer", ou, em linguagem cartesiana, o que é anterior na ordem da dedução. A ordem cartesiana é a ordem das razões, não a ordem das matérias". (KUJAWSKI, 1969, p. 73).

Para concluir o número dessas regras, tem-se a quarta, conhecida pelo nome de enumeração. Consiste em enumerar de forma muito completa e fazer revisão bem geral, para ter certeza que nada foi omitido, esclarece:

> A enumeração cartesiana ("dénombrement") aplica-se tanto à divisão quanto à simplificação. Como contraprova da divisão, a enumeração percorre seu caminho inverso, dirigindo-se das questões parceladas para a questão total. Como remate da simplificação, a enumeração verifica se a cadeia dedutiva do simples ao composto está completa, sem omissão de nenhum elemento intermediário". (KUJAWSKI, 1969, p. 74).

Depois de expor a apreciação de Kujawski, compreende-se em pormenores e com precisão as regras que compõe o método cartesiano, são preceitos simples e fáceis de intender. Em fim, veja como o autor do método originalmente os prescreve:

> O primeiro era o de jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida. O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias fossem para melhor resolvê-

> las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir, pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e supondo mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir. (DESCARTES, 1973, p. 45-46).

Diante do método apresentado em suas quatro regras componentes, existe uma informação que por sua vez não deve ser omitida, e sim, merece ser manifesta, é que Descartes logo após falar das regras, na mesma obra faz questão de dizer que depois de tê-las observado conseguiu resolver muitos problemas das ciências: Geometria e Álgebra, que muitas vezes pensava serem difíceis e até mesmo alguns dos quais não sabia. Mas não só isso, o que mais o alegrou é que sentia-se seguro para apoiar-se nele, no método, tudo que estivesse para sua razão, daí se conclui a utilidade e exatidão do mesmo, declara o filósofo:

> E como efetivamente, ouso dizer que a exata observação desses poucos preceitos que eu escolhera me deu tal facilidade de deslindar todas as questões às quais se estendem essas duas ciências que, nos dois ou três meses que empreguei em examiná-las, [...] não só conseguir resolver muitas que julgava antes muito difíceis, como me pareceu também, perto do fim, que podia determinar, mesmo naqueles que ignorava, por quais meios e até onde seria possível resolvê-las. [...] Mas o que me contentava mais nesse método era o fato de que, por ele, estava seguro de usar em tudo minha razão, se não perfeitamente, ao menos o melhor que eu pudesse; [...]. (DESCARTES, 1973, p. 48).

3.2 Sobre a existência de Deus e sua implicação na construção do conhecimento

É com insistência que Descartes defende a ideia de Deus como muito clara e distinta de todas as demais. A importância desse tópico reside no fato de que o autor das *Meditações* admite a não possibilidade de conhecer algo sem primeiro conhecer essas duas informações: se Deus existe e sua ideia não é apenas imaginação e, se é possível que Deus, sendo um gênio mau, sempre o engane. Conforme afirmação:

> E, por certo, posto que não tenho nenhuma razão de acreditar que haja algum Deus que seja enganador, e mesmo que não tenha ainda considerado aquelas que provam que há um Deus, a razão de duvidar que depende somente desta opinião é bem frágil e, por assim dizer, metafísica. Mas, a fim de poder afastá-la inteiramente, devo examinar se há um Deus, tão logo a ocasião se apresente; e, se achar que existe um, devo também examinar se ele pode ser enganador: pois, sem o conhecimento dessas duas verdades, não vejo como possa jamais estar certo de alguma coisa. (DESCARTES, 1973, p. 108).

Daí segue que não poderia passar esquecida essa parte da filosofia cartesiana da construção do conhecimento, nesta dedica bastante tempo na reflexão sobre a ideia do divino, o ser perfeito. Por hora, sem muitos detalhes pode-se dizer: Uma vez que essa ideia é a mais

distinta e não sujeita a falsidade, discursa demonstrando a existência de Deus pela ideia de perfeição. Com mais detalhe ver-se-á um pouco adiante.

O necessário a ser feito, era demonstrar a assistência de um Deus, mas antes de prosseguir na prova da existência desse ser perfeito, Descartes havia colocado em seu discurso, a possibilidade de um "Deus mau", um "gênio maligno", que poderia o enganar acerca das coisas que pensava ser reais. Com essa suposição, a finalidade do filósofo, voltando aqui ao inicio de seu projeto, era para conhecer a verdade suspender em dúvida seus juízos e não aceitar nada como certo, se colocar nas trevas da ignorância, para depois, adquirir todo conhecimento possível de se adequar a razão ou espírito humano.

Na primeira parte das *Meditações*, que tem como título "Das Coisas que se Podem Colocar em Dúvida", é exposto considerações sobre toda realidade pensada e, tomando como elemento importante a imaginação, Descartes mais uma vez recolocando o inicio de seu projeto pelo conhecimento, distancia-se da crença do mundo, pondo em crise até mesmo os membros do seu corpo e, continuando seu escrito, recordou-se da necessidade de desfazer-se de suas antigas opiniões, e sendo isso obrigatório, embora possuísse uma ideia de Deus para a qual possuía certa inclinação em acreditar, deveria também pô-la na incerteza, para verificar se não seria mais um produto da imaginação.

Antes, porém, de apresentar as considerações da prova que existe um Deus, tem-se na obra acima referida, acompanhada de sua desconfiança, a pressuposição do "gênio do mal", assim expõe Descartes (1973, p. 96): "Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte da verdade, mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e enganador do que poderoso, que empregou toda a sua indústria em enganar-me".

Agora, vale aqui, depois da suposição de existência desse gênio maligno, mostrar com mais detalhes a análise cartesiana sobre a existência de Deus. Já no início de sua fala sobre Deus, depois de apresentar, como já foi citada da meditação terceira, sua compreensão do mesmo: substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente. O filósofo vê que esses atributos são tão vantajosos, que em primeira mão, ao considerar com muita atenção essa questão, tende a pensar que essa ideia não pode ter surgido apenas originada de si, ou seja, fruto de sua imaginação.

Por esses atributos, componentes da perfeição, Descartes conclui pela existência de Deus, pois sendo finito, não poderia ter em seu pensamento a ideia do infinito, a não ser que esta ideia tenha sido colocada nele pelo próprio ser infinito. Seguido afirma que essa ideia não pode ser materialmente falsa porque a mesma é muito clara e igualmente distinta e, contem mais objetividade que qualquer outra. Lê-se nas palavras do francês:

> [...] é preciso necessariamente concluir, de tudo que foi dito antes, que Deus existe; pois, ainda que a idéia de substância esteja em mim, pelo próprio fato de ser eu uma substância, eu não teria, todavia, a idéia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido colocada em mim por alguma substância que fosse verdadeiramente infinita. [...] E não se pode dizer que esta idéia de Deus talvez seja materialmente falsa, e que, por conseguinte, eu a possa ter do nada, isto é, que ela possa estar em mim pelo fato de eu ter carência, como disse acima, das idéias de calor e de frio e de outras coisas semelhantes: pois, ao contrário, sendo esta idéia mui clara e distinta, e contendo em si mais realidade objetiva do que qualquer outra, não há nenhuma que seja por si mais verdadeira nem que possa ser menos suspeita de erro e de falsidade. (DESCARTES, 1973, p. 115-116).

Somado ao seu argumento sobre a verdade da ideia de Deus, isto é, que ele existe, apresenta de modo muito simples, quer dizer, sem utilizar de muitos argumentos, a prova dessa existência. Por fim, para melhor demonstrar, colocando a afirmação final do autor acerca da prova de Deus nas *Meditações*, diz Descartes (p.119-120): [...] "é preciso concluir necessariamente que, pelo simples fato de que eu existo, e de que a idéia de um ser soberanamente perfeito, isto é, Deus, é em mim, a existência de Deus está mui evidentemente demonstrada".

Assim, é superada, para Descartes, a questão que colocava em dúvida a existência do ser perfeito, Deus. Não é apenas uma suposição, já é comprovada definitivamente na filosofia cartesiana. Mas, ainda resta analisar se é possível que Deus seja enganador, isso será analisado adiante, ver-se-á quais argumentos serão usados, não menos fortes que os que provaram a existência do ser perfeito, pois não basta saber só o que até então foi descoberto sobre o divino, que ele existe.

3.2.1 Segunda consideração sobre Deus, e a faculdade humana de julgar

Na quarta meditação, é contemplada a segunda consideração cartesiana no que se diz respeito ao conhecimento de Deus, a primeira procurava provar sua existência e a segunda, se pode haver nesse Deus o desejo de enganar, o "gênio mau". De fato, agora Descartes se detém solucionando de uma vez por todas o segundo problema apresentado acima, ou seja, se pode haver esse gênio mau que o quisesse privar do conhecimento e da verdade de todas as coisas presentes em seu espírito. A resolução exposta pelo autor das *Meditações* para essa questão está muito relacionada a certa faculdade de julgar que o filósofo afirma possuir e, que foi dada por Deus, e seu principal argumento para solução desse problema parte da própria compreensão que ele tem de Deus, já referida.

Retomando, por Deus Descartes entende: substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente, ser perfeito. Aliás, parece entre alguns filósofos haver muito acordo em considerá-lo como perfeição, pode-se notar, por exemplo, na obra *Discurso de Metafísica* com as palavras de Leibniz (1983, p. 119): "A noção mais aceita e mais significativa que possuímos de Deus exprime-se muito bem nestes termos: Deus é um ser absolutamente perfeito". Nesse sentido Descartes não vê possibilidade de um gênio mau, porque de fato, é incompatível, uma vez que se trata de um ser perfeito, e o engano não é de forma alguma uma perfeição, esse ser não deve enganar, não porque não possa, mas porque isso constitui uma contradição com seu próprio ser que é perfeito. Nas palavras do autor das *Meditações*:

> Pois, primeiramente, reconheço, que é impossível que ele me engane jamais, posto que em toda fraude e embuste se encontra algum modo de imperfeição. E, conquanto pareça que poder enganar seja um sinal de sutiliza ou de poder, todavia querer enganar testemunha indubitavelmente fraqueza ou malícia. E, portanto, isso não se pode encontrar em Deus. (DESCARTES, 1973, p. 123).

A problemática, acima, é a última e importante questão que faltava ser explorada para a resolução dos problemas que pudessem impedir o conhecimento verdadeiro das coisas, estando sua razão bem convencida, sem mais nada supor de semelhante na questão sobre Deus nessa perspectiva, Descartes tendo essa problemática terminada, não encontra mais resistências, não há mesmo impedimento que o interrompa no descobrimento da verdade, na construção do conhecimento depois de usando o método aplicá-lo bem. Falta então, explicitar em acréscimo o processo pelo qual se adquire a ciência.

3.2.2 O processo do conhecimento

As regras do método já foram apresentadas, mas, agora, recorrendo à obra *Regras para Direção do Espírito,* será exposto o conteúdo da regra III, que não se refere propriamente a apresentada da obra *Discurso do Método*.

A primeira obra referida acima se trata de um escrito estruturado como regras numeradas, a regra III é a que interessa em primeiro lugar para esse estudo, nela, Descartes faz referência ao modo como deve adquirir a ciência, o primeiro passo que ele apresenta, ou a primeira observação feita, é que não se deve procurar a verdade apenas naquilo que os outros pensam, ou que nós próprios pensamos, mas só se adquire a ciência por uma clara intuição, ou por dedução, assim é formulada a regra III:

> No que respeito aos objectos (sic) considerados, há que procurar não o que os outros pensaram ou que nós próprios suspeitamos, mas aquilo de que podemos ter uma intuição clara e evidente ou que podemos deduzir com certeza; de nenhum outro modo se adquire a ciência. (DESCARTES, 1965, p.18).

Não significa, contudo, que não se deva voltar aos antigos, não é isso que ele afirma, porem, ter muita cautela para não se deixar atrair no erro das falsas opiniões dos outros, nem mesmo das próprias, e acrescenta, que apenas por meio de uma clara intuição acerca do objeto, é que se pode ter conhecimento verdadeiro sobre ele.

Continuando a mesma regra, o autor do método apresenta as duas e únicas formas ou vias de obtenção do conhecimento, a intuição e a dedução, diz Descartes (1965, p. 20): "[...] vamos aqui passar em revista todos os actos (sic) do nosso entendimento que nos permitem chegar ao conhecimento das coisas, sem nenhum receio de engano; admite-se apenas dois, a saber, a intuição e a dedução".

A primeira não se trata de uma leve convicção assim compreendida pelos homens mais simples, ou uma simples imaginação provinda de algumas motivações interiores. Quando se fala de intuição ao modo de compreender cartesiano, se está falando de um conceito mental, concebido pura e atentamente, muito fácil e distinto, de modo que uma vez apreendido, nada mais há em dúvida acerca do que assim se apreende, além disso, acrescenta dizendo que esse conceito é somente da luz da razão e, por isso mesmo a intuição é mais simples, seu conceito é mais claro que o oferecido pela dedução, nas palavras do autor:

> Por *intuição* entendo, não a convicção flutuante fornecida pelos sentidos ou o juízo enganador de uma imaginação de composições inadequadas, mas o conceito da mente pura e atenta tão fácil e distinto que nenhuma dúvida nos fica acerca do que compreendemos; ou então, o que é a mesma coisa, o conceito da mente pura e atenta, sem dúvida possível, que nasce apenas da luz da razão e que, por ser mais simples, é ainda mais certo do que a dedução, se bem que esta última não pode ser mal feita pelo homem, como acima observamos. (DESCARTES, 1965, p. 20).

Por dedução o autor das regras entende: tudo aquilo que se conclui necessariamente de algo conhecido com muita certeza, ou seja, dedução se refere a um conhecimento, fornecido por outro em si mesmo muito seguro, trata-se de uma conclusão retirada de outra informação já conhecida verdadeiramente. Diz Descartes (1965, p. 21): [...] "*dedução*; por ela entendemos o que se conclui necessariamente de outras coisas conhecidas com certeza".

Dito isso, faz-se importante em acréscimo, esclarecer com mais noção e simplicidade nas próprias palavras do autor, eis a autêntica distinção entre a intuição intelectual e a dedução:

> Distinguimos portanto, aqui, a intuição intelectual da dedução certa pelo fato de que, nesta, se concebe uma espécie de movimento ou sucessão e na outra, não; além disso, para a dedução não é necessário, como para a intuição, uma evidência actual (sic), mas é antes à memória que, de certo modo, vai buscar a sua certeza. (DESCARTES, 1965, p. 21).

Depois de feita a distinção entre intuição intelectual e dedução, ainda se faz necessário para maior compreensão dessas duas e únicas vias de aprendizado, concebidas no pensamento cartesiano, notar que o conhecimento primeiro que se tem, isto é, dos princípios primeiros, só pode ser alcançado por meio da primeira via, intuição, ao passo que, o conhecimento adquirido distintamente posterior ao principio é adquirido somente pela segunda via, a dedução, e que as conclusões imediatamente provindas dos princípios primeiros, seu conhecimento pode ser alcançado tanto pela primeira via com pela segunda, vê-se com o filósofo na mesma regra:

> Pelo que se pode dizer que estas proposições, que se concluem imediatamente a partir dos primeiros princípios, são conhecidas, de um ponto de vista diferente, ora por intuição, ora por dedução, mas que os primeiros princípios se conhecem somente por intuição, e, pelo contrario, as conclusões distantes só o podem ser por dedução. (DESCARTES, 1965, p. 21).

Cessa com o exposto, todo conteúdo pretendido neste trabalho a respeito de como se dá o conhecimento a partir da filosofia epistemológica de René Descartes, ou seja, sua teoria do conhecimento, enquanto este está sendo construído. Mas, na terceira parte deste trabalho, far-se-á uma explanação dos princípios encontrados pelo filósofo aqui em questão, é momento de importância indubitável aquele no qual se apreende tais princípios, pois eles representam o resultado do esforço feito pelo Pai do Racionalismo em assegurar que princípios existem aos quais está subordinado todo o conhecimento que o homem pode apreender.

4 DESCARTES E OS PRINCÍPIOS DO CONHECIMENTO HUMANO

4.1 Dos princípios do conhecimento

Com muito tempo gasto na reflexão acerca do conhecimento, passando pelo momento do afastamento das antigas opiniões, a decisão em não dar muito crédito ao que aprendera na escola, e tudo mais que já apresentamos anteriormente, passaremos agora ao postulado cartesiano da descoberta dos princípios do conhecimento ou da filosofia alcançada pelo homem, quer dizer, como Descartes descobre aquilo sem o qual nada há que a inteligência possa conhecer verdadeiramente. Na obra *Princípios da Filosofia*, demonstra a verdade desses princípios, que são apenas dois, já estudados aqui na obra *Meditações*, no entanto, serão analisados agora na perspectiva da primeira obra referida ha pouco.

Na discussão que precede essa dos princípios do conhecimento afirmados conclusivamente como tais, duas questões foram examinadas, a primeira, mostrou a descoberta de Descartes acerca da sua existência, uma vez que, estando duvidando, pensava e, consequentemente, existia. A segunda questão, como foi visto, se deteve na Descoberta da existência de Deus, que é o segundo princípio, Descartes conclui que sendo finito não poderia ter em si a ideia de um ser infinito e perfeito. Por esses dois argumentos, isto é, com a descoberta do pensamento e de Deus, têm-se os dois conhecimentos, os dois princípios de maior importância para o entendimento humano.

Introduzindo sobre esses princípios, e para bem firmar seu argumento acerca dos mesmos, o filósofo os expõe na carta ao tradutor de sua obra *Princípios da Filosofia*:

> [...] eu gostaria de expor, aqui, os motivos que servem para provar os princípios autênticos, através dos quais se pode atingir o mais elevado grau de sabedoria, que é o soberano bem da existência humana, são os que expus neste livro. Para isso, apenas duas demãos são necessárias: a primeira é que sejam os princípios muito notórios, e a segunda, é que dêles (sic) se possa deduzir tôdas (sic) as demais coisas, pois, verdadeiramente, sòmente (sic) existem essas duas condições requeridas por esses princípios. Ora, eu posso com facilidade provar que são muito claros. Primeiramente, pela maneira como eu os encontrai, desprezando tudo em que podia conhecer a menor oportunidade para estabelecer uma dúvida. (DESCARTES, 1968, p. 35).

Como percebe-se, Descartes imposta que os princípios a serem anunciados não podem ser negados, ou seja, considerados falsos, pois são autênticos, e mostra no escrito acima a primeira razão: os ter descoberto com método da dúvida, não acolhendo nada que pudesse ser

colocado em suspeita. Os princípios serão vistos agora, e junto, a segunda razão da autenticidade de tais, na continuidade do mesmo escrito vê-se, conforme apresenta o filósofo:

> Assim sendo, considerando aquêle (sic) que pretende lançar a dúvida a tudo, não pode porém, duvidar que existe, enquanto esteja duvidando, e que aquêle que deste modo raciocine, não tendo a possibilidade de duvidar de si mesmo, duvidando entretanto, de todo o resto, não é aquilo a que damos o nome de corpo, e sim o que chamamos alma ou pensamento, considerei o ser, ou a existência dêsse (sic) pensamento, como o principio primeiro de que deduzir com muita clareza os outros: que existe um Deus, autor de tudo quanto há no mundo, [...]. Estes são os princípios de que me valho no que tange às coisas imateriais ou metafísicas, dos quais deduzo, com clareza, os princípios das coisas corporais ou físicas [...] A outra razão que prova a clareza dos princípios é que foram conhecidos em tôdas as épocas, e até aceitos como exatos e isentos de dúvida pelos homens, excetuando-se apenas a existência de Deus, posta em dúvida por alguns que conferiram valor às percepções dos sentidos, já que Deus não pode ser visto nem tocado. (DESCARTES, 1968, p. 35-36).

4.1.1 Compreensão cartesiana de Filosofia e a função do conhecimento

Há que considerar o que Descartes entende por filosofia, é certo que não se trata do esquecimento da questão etimológica da palavra, pelo contrario, parte-se desta. Além disso, porém, trata-se de revestir essa palavra de um significado não meramente linguístico, fornecido pela gramática, mas, oferecer um sentido mais profundo e abrangente, nesse sentido, a filosofia ocupa importantíssimo lugar na vida humana, não pode ser desprezada, ainda que alguns não encontrem nela por ser normalmente entendida como conhecimento puramente especulativo nenhuma razão em considerar seus juízos.

Para o filósofo autor dos *Princípios da Filosofia*, a filosofia não se refere propriamente a uma forma de saber apenas, a um saber específico, a uma ciência, mas está ligada a todo conhecimento que o ser humano possa adquirir, tudo que estiver ao alcance da razão, e evidentemente a filosofia não poderia não está senão ligada aos princípios, uma vez que é com estes que se pode garantir a dedução de todos os outros conhecimentos, na carta ao tradutor da mesma obra que trata dos princípios, seu autor expõe o que compreende ser a Filosofia, desse modo se expressa:

> [...] Assim sendo, principiando pelos sentidos mais comuns, esta palavra "Filosofia" significa o estudo da sabedoria e por sabedoria não deve ser entendido sòmente (sic) a prudência nos negócios, porém um perfeito conhecimento de tôdas (sic) as coisas que o homem pode conseguir saber, seja quanto à conduta de sua existência, com no que tange à preservação da saúde e invenção das artes. E a fim de que êste (sic) conhecimento possa ser dêsse (sic) modo, é preciso reduzi-lo das causas primeiras, de maneira tal que, para conseguir obtê-lo, e a isto se dá exatamente o nome de filosofar, é necessário principiar pela pesquisa dessas causas primeiras, isto é, dos princípios. (DESCARTES, 1968 p. 27-28,).

Está bem claro com essa pequena parte do texto cartesiano no qual oferece sua compreensão de filosofia que esse saber filosófico não está ligado a conhecimentos específicos, estende- se a tudo, pois tem a ver com a sabedoria, que deve ser aplicada a tudo que o homem tem acesso, mas, ainda assim faz bem mostrar de modo mais particular acerca da filosofia na abrangência a outras formas de conhecer ou saber, pois com todo esse projeto cartesiano acerca do conhecimento é de se perguntar: qual é mesmo a utilidade prática dessa filosofia? Como tirar proveito efetivamente da descoberta desses princípios?

Essas perguntas tem sentido, e a elas podem ser dadas duas respostas, a primeira é que, como já se viu a filosofia é um estudo amplo, abrange todo o conhecimento, e a segunda merece ser dada com as palavras do autor, as quais informam que a filosofia é como a composição de todas as ciências, cujo conhecimento foi deduzido dos primeiros princípios, investigados pelo filósofo, assim, nas *Regras para Direção do Espírito* diz quanto à composição da filosofia, da qual se tira sua importância e utilidade:

> Dêsse modo, tôda Filosofia é como uma árvore, cujas raízes são compostas pela Metafísica, o tronco pela Física e os ramos que saem desse tronco, formam tôdas as dêmais (sic) ciências que, por fim, se reduzem a três principais: a Medicina, a Mecânica, e a Moral, entendendo eu por Moral a mais alta e perfeita, a que, pressupondo cabal conhecimento das demais ciências, constitui o derradeiro grau da sabedoria. (DESCARTES, 1968, p. 40).

De todo conteúdo até agora apresentado, vê-se que a filosofia de Descartes não é uma metafísica sem utilidade prática, não move uma reflexão sem a qual não se possa interferir na realidade, como se confere no texto citado, Descartes menciona ciências que ajudam o homem a viver melhor, tanto na dimensão física, quando se refere a Medicina, quanto na dimensão ética, quando fala da Moral, e além disso a facilidade na atividade humana através da técnica, expressa quando cita a Mecânica. Mas, não é apenas no pensamento cartesiano a presença da importância do conhecimento dessas ciências que são na prática úteis para o homem, é possível na obra *Tratado da Correção do Intelecto* notar semelhante entendimento quando seu autor as considera, nesses termos:

> Cumpre, além disso, dedicar-nos à Filosofia Moral, bem como à Doutrina da Educação dos meninos; e por que a saúde não deixa de ser um meio importante para conseguir esse fim, é mister estudar todas as partes da Medicina; e, ainda, como pela arte se tornam fáceis muitas coisas que são difíceis, podendo nós por ela ganhar muito tempo e muita comodidade da vida, não se deve desprezar de modo algum a Mecânica. (ESPINOSA, 1983, p. 45).

4.2 Crítica ao Aristotelismo

A filosofia antiga sistematizada por Aristóteles ganhou tantos seguidores, que sua influência perpassou os séculos, e até nestes dias é observada com muito prestígio pelos seus defensores. No entanto, sabendo-se que na filosofia há poucas afirmações a respeito das quais não se possa apresentar oposição, não é estranho conceber a refutação sofrida pelos princípios da analítica aristotélica, mesmo sendo tão bem articulados e ilustres. Para exemplificar refutação, basta lembrar a rejeição cartesiana ao silogismo, mas, isso não só por parte de Descartes, vale notar na obra *Novum Organum* também o que diz Francis Bacon (1997, p. 35): "O silogismo não é empregado para o descobrimento dos princípios das ciências; é baldada a sua aplicação a axiomas intermediários, pois se encontra muito distante das dificuldades da natureza. Assim é que envolve o nosso assentimento, não as coisas".

É muito claro que, sendo Descartes autor do novo método, estabelecendo assim uma nítida ruptura com a forma tradicional do saber, faça ele menção e apreciação negativa aos antigos princípios aristotélicos seguidos pelos antigos filósofos. Na obra em que trata dos princípios primeiros de todo conhecimento, ou seja, nos *Princípios da Filosofia*, nitidamente manifesta com seu escrito o descontentamento completo com aqueles antes aceitos, para ele, não há um só homem que tenha reconhecido os princípios por ele descobertos, por isso, assim diz sobre os princípios aristotélicos:

> Dessa maneira, quando se adquirem verdadeiros princípios em filosofia, não se pode deixar, ao segui-los, de achar, por vêzes (sic), outras verdades; e parasse provar a falsidade dos de Aristóteles, é suficiente notar que não se pôde atingir qualquer progresso por intermédio dêles (sic), durante os séculos em que os mesmos foram seguidos. (DESCARTES, 1968, p. 44).

Pensando com atenção sobre isso, os princípios, Descartes havia afirmado, como foi dito anteriormente, que a segunda razão pela qual provara a autenticidade desses dois princípios: O pensamento e Deus, é a presença destes em toda a história, em todas as épocas. E raciocinando sobre essa questão, a seguinte pergunta tem sentido e relevância de ser aqui formulada: se acerca desses princípios já havia sido tratado, como então Descartes afirma tê-los descoberto? De fato, aparentemente, o filósofo se coloca em contradição. Essa pergunta encontra nos *Princípios da Filosofia* resposta muito simples e concisa, encontra-se nas palavras do autor:

> Contudo, ainda que as verdades que eu entendo como princípios tenha sido do conhecimento de todos os tempos e em todo o mundo, não houve, porem, até o

> presente, ninguém, ao que eu saiba, que os reconhecesse como princípios da Filosofia, quer dizer, com sendo aquêles de que se pode deduzir o conhecimento de tôdas as demais coisas que existem no mundo. (DESCARTES, 1968, p. 36).

4.2.1 O erro e o que Descartes conclui a esse respeito

Desde o início da reflexão cartesiana acerca do conhecimento, explanada neste trabalho, pode-se notar que o desejo manifesto por Descartes era de encontrar a verdade em tudo com que se deparasse e, no discorrer de seu método, ao apresentar as regras, que anteriormente foram aqui expostas na segunda parte deste trabalho, demonstra muito interesse em não errar, mas, fazendo bom uso da razão acertar sempre em seus juízos. De fato, não se poderia esperar propósito mais digno e intenção mais elevada de alguém que metodicamente duvidando de tudo, procurou um viés para aquisição de conhecimento ao qual não se possa encontrar ocasião de falsidade.

No curso da vida terrena, o erro é inevitável, por mais detestável que este seja nunca vai deixar plenamente de ser presente nos raciocínios e atos dos homens. Nas *Meditações*, o filósofo francês dedica sua quarta parte nomeada "Do verdadeiro e do Falso", para tratar das causas do erro, ou, seja, se propôs a fazer uma análise sobre as razões dos erros cometidos na atividade humana, e a faz já colocando no discurso a presença de Deus enquanto autor da faculdade humana de julgar, não a favor do engano e do erro, e que sendo Deus este autor da mesma faculdade, para o filósofo não parece que devesse errar alguma vez, assim anota:

> Em seguida, experimento em mim mesmo certa capacidade de julgar, que sem dúvida recebi de Deus, do mesmo modo que todas as outras coisas que possuo; e como ele não queria iludir-me, é certo que ma (sic) deu tal que não poderia jamais falhar, quando a usar como é necessário. (DESCARTES, 1973, p. 123-124).

Continuando o discorrer introdutório acerca desse assunto, Descartes admite que errar é uma realidade muito presente na vida prática, mas, prontamente argumenta a favor da não participação de Deus em seus erros, isto é, Deus, infinito e perfeito embora seja autor da capacidade humana de julgar, não é a causa dos erros nos seus juízos, e o primeiro argumento que usa para defender sua posição tem como base a relação do finito com o infinito, na qual expressa a finitude de sua potência ao fazer julgamentos, nesse sentido, o erro está ligado não a Deus, mas, a seu limite humano. O erro se trata, portanto, de uma falta, limitação própria do ser finito. Na conclusão do argumento se expressa do seguinte modo o filósofo:

> Assim, reconheço que o erro enquanto tal não é algo de real que dependa de Deus, mas que é apenas uma carência; e, portanto, que não tenho necessidade, para falhar, de algum poder que me tenha sido dado por Deus particularmente para esse efeito,

> mas que ocorre que eu me engane pelo fato de o poder que Deus me doou para discernir o verdadeiro do falso não ser infinito em mim. (DESCARTES 1973, p. 124).

Ainda quanto a esse argumento, é um relevante discurso para ajudar na compreensão das causas do erro, mas não é suficiente. Nesse sentido significa dizer que é necessário algo mais, pois dizer que o erro é apenas uma privação ou carência de algo não parece tirar todas as dúvidas da razão, seria solução muito simples para um problema que requer certa sutileza nos raciocínios, precisão e prudência nas conclusões, para não atribuir a Deus aquilo que não o pertence, nesse caso, o erro, e ao mesmo tempo, estando diante da compreensão de um Deus perfeito e infinito autor da capacidade humana de julgar, sendo que essa faculdade ou capacidade de julgar é muito sujeita a falha, como entender isso?

Descartes continua discorrendo o texto das *Meditações*, procurando as causas dos erros, demonstrando assim que existem elementos a serem descobertos, isso porque, reconhece a insuficiência de seu primeiro argumento, afirmando a insatisfação com o mesmo, pois, mesmo conhecendo que o erro está ligado a imperfeição ou carência, somente saber disso não convence e, ao se recordar de sua natureza é desconfortável pensar que Deus tenha concedido uma faculdade imperfeita, quer dizer, sujeita ao erro, além disso e nesse sentido o filósofo se faz alguns questionamentos, conforme seus escritos na quarta parte da obra mencionada acima:

> Todavia, isso não me satisfaz inteiramente; pois o erro não é uma pura negação, isto é, não é uma simples carência ou falta de alguma perfeição que me não é devida, mas antes é uma privação de algum conhecimento que parece que eu deveria possuir. E, considerando a natureza de Deus, não me parece possível que me tenha dado alguma faculdade que seja imperfeita em seu gênero, isto é, à qual falte alguma perfeição que lhe seja devida; pois, se é verdade que, quanto mais um artesão é perito mais as obras que saem de suas mãos são perfeita e acabadas, que ser imaginaríamos nós que, produzido por esse soberano criador de todas as coisas, não fosse perfeito e inteiramente acabado em todas as suas partes? E por certo não há dúvida de que Deus só pode me ter criado de tal maneira que jamais eu pudesse enganar-me; é certo também que ele quer sempre aquilo que é o melhor: ser-me-á, pois, mais vantajoso falhar do que não falhar? (DESCARTES, 1973, p. 24).

É interessante perceber que a complexidade dessa questão, que trata de compreender as causas do erro, de algum modo presente em toda arte humana, introduz intensamente Deus na problemática, isso, não por um dogmatismo teológico a modo religioso, mas, com foi visto antes, o papel de Deus na epistemologia cartesiana não é dispensável na reflexão acerca do conhecimento, dado que, para Descartes, o conhecimento de Deus é um pressuposto para todo outro saber e qualquer verdade que se queira alcançar na ciência. Agora prossegue-se

novamente com a dificuldade de saber as razões do erro. Descartes formula mais três argumentos para enfrentar suas dúvidas, o terceiro, concluirá aqui a questão.

Primeiramente, Sabendo claramente de sua finitude, diante de Deus que é bondoso, infinito, ao qual pertence toda a perfeição, Descarte se diz limitado, e seu primeiro argumento, depois de ter pensado com mais cuidado sobre este assunto, desenvolve a compressão de que não é possível entender as razões de Deus ao fazer algo, aqui se refere mais especificamente à faculdade de julgar, por qual motivo ele a fez limitada e vítima da controvérsia. Mas para o filósofo, não é estranho que seja assim, isto é, que ele não tenha a compreensão das razões de Deus, pois sua fraqueza não pode alcançar essa potência infinita. Nesses termos, se expressa:

> Pois, sabendo já que minha natureza é extremamente fraca e limitada, e, ao contrário, que a de Deus é imensa, incompreensível e infinita, não mais tenho dificuldade em reconhecer que há uma infinidade de coisas em sua potência cujas causas ultrapassam o alcance do meu espírito. (DESCARTES, 1973, p. 125).

A segunda argumentação cartesiana é feita considerando o conjunto das obras de Deus, para mostrar que uma criatura isolada talvez seja considerada imperfeita, mas quando observada na perspectiva do todo da criação é possível notar sua perfeição enquanto completa o conjunto da obra criada, quer dizer, sozinho, algo da criação pode ser considerado sem beleza ou harmonia, mas em uma visão geral, só pode ser percebido com muito encanto e conformidade. No texto das *Meditações* do filósofo, assim se encontra:

> Demais, vem-me ainda ao meu espírito que não devemos considerar uma única criatura separadamente, quando pesquisamos se as obras de Deus são perfeitas, mas de uma maneira geral todas as coisas em conjunto. Pois a mesma coisa que poderia talvez, com alguma forma de razão, parecer muito imperfeita, caso estivesse inteiramente só, apresenta-se muito perfeita em sua natureza, caso seja encarada com parte de todo este universo. (DESCARTES, 1973, p. 125).

Eis que em fim, chega-se ao terceiro argumento, no qual René Descartes continua a pesquisar as razões de seus erros, e ao mesmo tempo mostrando que Deus não tem participação como causa de suas falhas. Segue nas *Meditações* analisando que ao considerar seus erros, percebe que estes ocorrem intimamente ligados a duas causas, procedem associados à capacidade de apreender ou conhecer e à capacidade de decidir, de modo mais claro, o entendimento e vontade. Esse é o ponto de partida nas *Meditações* para solução do presente problema, resta meditar para saber como se relacionam, para então concluir com coerência as razões do erro.

> E, em seguida, olhando-me de mais perto e considerando quais são meus erros (que apenas testemunham haver imperfeição em mim), descubro que dependem do

> concurso de duas causas, a saber, do poder de conhecer que existe em mim e o poder de escolher, ou seja, meu livre arbítrio; isto é, de meu entendimento e conjuntamente de minha vontade. (DESCARTES, 1973, p. 25).

Para não falar das duas faculdades ao mesmo tempo, considera-se em primeiro lugar, a do entendimento. Para Descartes, o entendimento não se encarrega de decidir efetivamente sobre algo, nem nega, nem afirma coisa alguma, mas, somente possui as ideias sobre as quais se possa afirmar ou negar, nesse sentido, o filósofo já tem sua primeira conclusão quando diz não poder se achar nessa faculdade algum erro. Em segundo lugar, a faculdade da vontade, compreende Descartes que seja por seu meio: a afirmação ou negação, a repulsa ou atração, a fuga ou a persiga. E então se detecta a ligação entre as duas: o entendimento apresenta a ideia, e a vontade acolhe ou refuta. Acompanha-se nas palavras do autor das *Meditações*, o seguinte:

> [...] só pelo entendimento, não asseguro nem nego coisa alguma, mas apenas concebo as idéias das coisas que posso assegurar ou negar. [...] Resta tão somente a vontade, que eu sinto ser em mim tão grande, que não concebo absolutamente a idéia de nenhuma outra mais ampla e mais extensa [...]. Pois consiste somente em que podemos fazer uma coisa ou deixar de fazer (isto é, afirmar ou negar, perseguir ou fugir) ou, antes, somente em que, para afirmar ou negar, perseguir ou fugir às coisas que o entendimento nos propõe, agimos de tal maneira que não sentimos absolutamente que alguma força exterior nos obrigue a tanto. (DESCARTES, 1973, p. 25-26).

Com toda essa argumentação cartesiana, há que se tirar uma conclusão convincente, pois o erro não incomoda mais o homem indiferente a verdade àquele que a busca em primeiro lugar, a ponto de gastar sua fortuna em empreitada pela descoberta de sólidas informações, de ter certeza indubitável, como fez Descartes, em cuja teoria do conhecimento se encontra regras com as quais se possa chegar a essa verdade. Além disso, vale dizer que o erro é como a recordação constante da imperfeição e sinal da dificuldade em chegar nesse conhecimento exato, portanto nada mais justo que se ter procurado as causas do erro, e encontrado-as, Descartes confirma a não participação de Deus como suas causas e as expõe com clareza e precisão, conforme vê-se nas *Meditações*:

> De tudo isso reconheço que nem o poder da vontade, o qual recebi de Deus, não é em si mesmo a causa de meus erros, pois é muito amplo e muito perfeito na sua espécie; nem tampouco o pode de entender ou de conceber: pois, nada concebendo senão por meio deste poder que Deus me conferiu para conceber, não há duvida de tudo o que concebo, concebo como é necessário e não é possível que nisso me engane. Donde nascem, pois, meus erros? A saber, somente de que, sendo a vontade muito mais ampla e extensa que o entendimento, eu não a contenho nos mesmos limites, mas estendendo-a também às coisas que não entendo; das quais, sendo a vontade por si indiferente, ela se perde muito facilmente e escolhe o mal pelo bem ou o falso pelo verdadeiro. O que faz com que eu me engane e peque. (DESCARTES, 1973, p. 127).

4.2.2 Evidência como regra geral para o conhecimento da verdade

A motivação para toda a meditação cartesiana aqui apresentada está ligada, como se pôde notar desde o início dessa reflexão, ao interesse pela verdade, é saber distinguir na dimensão epistemológica o certo do errado, ou melhor, o verdadeiro do falso como diria Descartes. De fato, o conhecimento pressupõe certa capacidade de distinguir. Sabe-se que o conhecimento verdadeiro no pensamento de Descartes, tendo em vista as regras do método, já analisadas, é concebido pela clareza e distinção da ideia, ou seja, a regra da evidência.

Dessa forma esta regra tem um papel determinante no juízo de valor cartesiano, pois, como disse a regra primeira intitulada pelo termo evidência só se deve acolher no pensamento, aquilo sobre o qual se tem uma ideia clara e distinta, o verdadeiro portanto vem com essa regra geral, como vê-se nas *Meditações* de Descartes (1973, p. 107-108): "E, portanto, parece-me que já posso estabelecer como regra geral que todas as coisas que concebemos mui clara e mui distintamente são todas verdadeiras." A respeito da verdade e falsidade, que aqui se refere ao conhecimento, vale apena mencionar outro filósofo, que usando iguais termos a estes se referiu por sua obra *Pensamentos Metafísicos,* informando a compreensão original e filosófica acerca dos mesmos:

> A primeira significação de *verdadeiro* e de *falso*, parece originar-se das narrativas. Diz que uma narrativa é verdadeira quando o fato narrado aconteceu realmente, falsa quando o fato nunca aconteceu em parte alguma. Mais tarde os filósofos empregaram a palavra para designar o acordo e o não acordo de uma idéia com o seu ideado. Assim, denomina-se idéia verdadeira, aquela que mostra uma coisa tal como ela é em si mesma, e falsa aquela que mostra uma coisa diversa do que ela realmente é. (ESPINOSA, 1983, p. 13).

Portanto, há de se concluir que todo empenho cartesiano acerca do conhecimento objetivando a clareza e distinção, ou seja, almejando a evidência, buscou a distinção entre o verdadeiro e o falso, a capacidade de não se deixar enganar por juízos precipitados, de não tomar em nenhuma ocasião o erro em aparência de acerto. Para tanto é necessário recordar que o conhecimento dos únicos e verdadeiros princípios: Deus ser perfeito e o pensamento, é condição para aquisição de todo outro conhecimento, o descobrimento começa na descoberta de tais princípios.

Além disso, para aquele que toma o método cartesiano como ferramenta para conhecer não pode perder de vista a possibilidade do engano por parte dos sentidos, pois estes enganam frequentemente, quer dizer, fazem com que se tome por certo ou verdadeiro, algo de errado ou falso, e a quarta parte das *Meditações*, justamente receber o título "Do Verdadeiro e do

Falso", já pressupõe ao leitor que deve haver um critério que separe um termo do outro, rejeitando o falso, perseguindo o verdadeiro, como o fez René Descartes.

5 CONCLUSÃO

Com tudo apresentado no trabalho que aqui finaliza a reflexão cartesiana acerca do conhecimento, vale informar que em Descartes se encontra a abertura da Idade Moderna, ele inaugurando este período da Filosofia com seu vasto conhecimento acerca das ciências matemáticas, da Física e das outras ciências, ofereceu proposta aceita por muitos, uma prova da relevância de seu pensamento é sua posição na História da Filosofia, marcada em seu período, exatamente século XVII, considerado o pai do período moderno. Mas, não é justo reconhecer sua influência apenas no contexto histórico de sua época, pois seu pensamento hoje é ainda recordado com muito respeito e se faz fonte de inspiração para muitos, que estando insatisfeitos, elevam um pouco mais o espírito em busca de solidez no modo de proceder em busca do saber evidente.

Também é considerável lembrar que a corrente racionalista foi alvo de intensos debates, pois como é sabido por todos que possuem intimidade com o saber, surge contraposta a corrente do filósofo aqui tratado, o Empirismo inglês, mas, mesmo este embora dividindo opiniões não se sobrepôs total ao pensamento cartesiano. Aliás, apenas para efeito de breve informação, estas duas correntes foram sintetizadas posteriormente pelo filosofo alemão Immanuel Kant, que ao levar essa síntese ao conhecimento de todos, dá origem a filosofia transcendental, sobre a qual não se tratou neste trabalho por não ser o objetivo do mesmo.

O mais importante, contudo, é ter conhecimento de que Descartes não apenas manteve certa distancia com a forma do saber tradicional colocando-o em dúvida ou negando-o, mas depois de grande esforço intelectual apresentou resposta a suas indagações que o incomodavam fortemente, e mostrando o procedimento para a obtenção da ciência deixou claro o que creu ser a fonte do saber, estando assim como todos os filósofos, sujeito a objeções, mais sem deixar de ter como característica o interesse pelo epistemologicamente correto. E por fim, pelo exposto acima, vale dizer que em Descartes se encontra na justa medida a figura do homem inquieto pela dúvida e ansioso pela verdade.

REFERÊNCIAS

BACON, Francis. **Novum Organum**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os pensadores).

COTTINGHAM, John. **Dicionário Descartes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores).

_____. **Meditações**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

_____. **Princípios da Filosofia**. São Paulo: Hemus, 1968.

_____. **Regras para Direção do Espírito**. Lisboa: Edições 70, 1965.

ESPINOSA, Baruch. **Pensamentos Metafísicos**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

_____. **Tratado da Correção do Intelecto**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

KUJAWSKI, Gilberto de Melo. **Descartes Existencial**. Herder: São Paulo, 1969.

LEIBNIZ, Wilhelm. **Discurso de Metafísica**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

_____. **Novos Ensaios Sobre o Entendimento Humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

LOCKE, John. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: Do Humanismo a Descartes. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2004.